



# Anais da Assembléia

Nº 15

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE MARÇO DE 1.980.

ANO VI

## 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.<sup>a</sup> LEGISLATURA

### ATA DA 13.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1.980

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 23/80

Curitiba, 14 de março de 1.980.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo aditivo datado de 30 de janeiro de 1.980, ao convênio celebrado em 05 de outubro de 1.978, entre o Estado do Paraná e o Município de RIO BRANCO DO SUL, com a participação da COMEC, visando a realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 24/80

Curitiba, 14 de março de 1.980.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os

fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de convênio celebrado em 14 de fevereiro de 1.980, entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a interveniência da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba e da Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando conjugação de esforços dos Governos da União do Estado e dos municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba, para a execução do "PROGRAMA DE TRANSPORTES ALTERNATIVOS PARA ECONOMIA DE COMBUSTÍVEIS", do "PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES URBANOS" e de outros projetos conexos e complementares.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de aplauso ao Deputado Federal Edson Lobão, pela sua iniciativa e pela defesa que faz da emenda constitucional que visa o restabelecimento das eleições diretas para os governos estaduais.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1.980.

(a) DÁCIO LEONEL.

##### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança, solicitando-lhe seja destinada uma viatura à Sub-Delegacia do Distrito de Boa Vista da Aparecida, no Município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1.980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme já foi levado ao conhecimento daquela autoridade, através de requerimento de autoria do Vereador Ricieri Côgo no início do corrente ano, a população do Distrito de Boa Vista da Aparecida (Aparecidinha), necessita de um melhor aparelhamento ao destacamento policial que atende aquela comunidade.

Em que pese os esforços de ordem humana, freqüentemente os policiais têm dificuldades de ação pela falta de um veículo naquele destacamento.

A Sub-Delegacia de "Aparecidinha" espera com ansiedade a sua viatura, e, a população local acredita que esse justo apelo será rapidamente atendido.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Senhor Secretário da Segurança Pública, sugerindo a criação, em caráter de urgência, de um esquema que possibilite uma ação preventiva, visando conter a violência, evitando novos roubos, assaltos e mortos.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1.980.

(a) MÁRIO CELSO.

## JUSTIFICATIVA:

Com o aparecimento de um matador de bandidos, conforme se identifica o hoje popular "Mão Branca", centenas de bandidos (toxicômanos, desocupados, ladrões, assassinos, etc) estão deixando suas bases, principalmente aqueles do Rio de Janeiro, em especial da Baixada Fluminense.

Com isso, outros Estados passam a receber a incômoda visita de elementos perigosos e violentos.

Com medo de morrer nas mãos do "Mão Branca" eles seguem outros caminhos, encontrando novas vítimas e levando terror para outras áreas.

Geralmente estes marginais procuram os grandes centros, procurando abrigo principalmente nas capitais.

Por isso, estamos sugerindo duas ações, que são as seguintes:

- 1 - Colocação de policiais, permanentemente, na Rodoferroviária, solicitando documentos de identidade daqueles que chegam ao nosso Estado, em especial os procedentes do Rio de Janeiro e São Paulo. Mesmo que por acaso um bandido esteja documentado e sem fichas na polícia, ele ficará preocupado com a vistoria, perdendo a condição de agir, ao notar um alerta de nosso aparato policial. Os elementos que não portarem documentos deverão ser interrogados e enquadrados na lei.
- 2 - Em trabalho conjunto com a Polícia Rodoviária, estabelecer critérios para a colocação de barreiras nas entradas da cidade, exigindo documentação (Identificação) de elementos suspeitos. Fazer parar os caminhões, na tentativa de identificar os "caroneiros", pois muitos elementos que pedem caronas nas estradas viajam sem documentos.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Desembargador MARINO BUENO BRANDÃO BRAGA, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, apelando para que inclua no projeto da nova Organização e Divisão Judiciária do Estado, as Comarcas de Nova Aurora, com jurisdição sobre o Município de Cafelândia e de Céu Azul com jurisdição sobre o Município de Vera Cruz.

O presente apelo se torna necessário, uma vez que as regiões acima mencionadas sofreram grande explosão demográfica e com a criação das referidas comarcas, virá facilitar sobre maneira seus habitantes quando da resolução de seus problemas jurídicos.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1.980.

(a) FUAD NACLI.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, em atenção à solicitação feita pelos suinocultores da região Su-

doeste do Paraná, sejam enviados TELEX aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Fazenda e da Agricultura e Presidente do Banco do Brasil, solicitando a imediata liberação dos financiamentos de custeio à suinocultura, em razão dos sérios e graves problemas que estão sendo enfrentados por aqueles produtores.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1.980.

(a) LÁZARO DUMONT.

## JUSTIFICATIVA:

O Banco do Brasil vem concedendo crédito unicamente através do sistema EGF, o qual não alcança o desejado pelos suinocultores, os quais necessitam, com urgência, da obtenção de financiamentos de custeio, a fim de poderem planejar a aplicação eficiente dos recursos.

Há ainda a considerar que o sistema EGF, além de ser concedido somente após o produto colhido, no caso o milho, cobre apenas oitenta por cento da produção.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja transcrito - em inteiro teor -, o COMUNICADO AOS COLEGAS, PROFESSORES E À COMUNIDADE EM GERAL, dos alunos do Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná, que se encontram em GREVE, por melhorias de ensino.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1.980.

(a) WALDYR PUGLIESI.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER o encaminhamento, ao Professor Ocyron Cunha, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, de apelo no sentido de atender as justas e razoáveis reivindicações dos estudantes do Curso de Arquitetura, formulados na Assembléia Geral, realizada no dia 13 do corrente, a fim de evitar prejuízos aos alunos e à própria Universidade, em razão da longa paralisação das atividades.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1.980.

(a) GILBERTO CARVALHO.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, do artigo publicado no jornal "Hoje", de Cascavel, edição de 15 a 21 de fevereiro de 1.980, relacionado com a exploração do "Jogo-do-Bicho" na Cidade de Cascavel.

Requer, outrossim, que da decisão seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, ao Ilustríssimo Senhor Diretor da Polícia Civil, bem como ao Diretor do aludido semanário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1.980.

(a) JOSÉ TAVARES.

## JUSTIFICATIVA:

Os termos constantes do aludido artigo.

## Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 20/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica concedido o TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO ao Excelentíssimo Senhor CARDEAL D. PAULO EVARISTO ARNS.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1.980.

(a) DARCY DEITOS.

#### JUSTIFICATIVA:

Dom Paulo Evaristo Arns nasceu em 14 de setembro de 1.921, na localidade de Forquilha, Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina. Fez seus estudos de Filosofia em Curitiba e Teologia em Petrópolis, no Instituto dos Franciscanos, formando-se em 1.947. Sua ordenação Sacerdotal deu-se em 30.11.45. Foi enviado a Paris em 1.947, onde cursou Letras na Universidade da Sorbone, onde também, doutourou-se em 1.952. A tese que lhe valeu o mais alto grau - "TRÊS HONORABLE" - versou sobre "Técnica do Livro em São Gerônimo". Durante sua estadia em Paris, cursou também os "HAUTES ETUDES" e a "ECOLE SUPERIEURE DE PEDAGOGIE". De regresso ao Brasil foi professor no Seminário Menor de Agudos, no período de 1.953 a 1.955. Fundou a Cadeira de Língua e Literatura Francesa na "Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bauru. Foi ainda Professor no Teologado Franciscano de Petrópolis e na Universidade Católica da mesma cidade. Simultaneamente, exerceu seu ministério sacerdotal entre os pobres dos morros de Petrópolis, durante dez anos e meio, época em que cuidava de uma capela no bairro do Itamarati.

Em 1.966, foi nomeado Bispo pelo Papa Paulo VI, para a função de Auxiliar do Cardeal-Arcebispo de São Paulo. A Ordenação Episcopal deu-se em 03.07.66. Durante quatro anos foi Vigário Episcopal da Região Norte da Arquidiocese de São Paulo, cargo que ocupava quando de sua nomeação para Arcebispo Metropolitano de São Paulo em outubro de 1.970. Sua Posse deu-se em 1.º.11.70.

No Consistório de março de 1.973, S.S. o Papa Paulo VI nomeou-o Cardeal da Santa Igreja, tendo sua investidura ocorrido no dia 05.03.73 em Roma.

O Cardeal Arns é jornalista militante e autor de 29 livros originais e 5 traduções. Suas obras versam sobre a ação pastoral da Igreja nas grandes cidades e estudos da literatura cristã dos primeiros séculos, sem contar as centenas de artigos escritos para as diversas revistas das quais foi redator, antes do episcopado.

É membro da Sagrada Congregação do Vaticano para os Sacramentos do culto Divino e do Secretariado para os Não-Crentes. Em São Paulo é Chanceler da Pontifícia Universidade Católica.

Em 22 de maio de 1.977 recebeu o Título de "Doutor Honoris Causa" em lei, ao lado do Presidente Norte Americano Jimmy Carter, na Universidade de Notre Dame, Indiana, Estados Unidos. Tal distinção, outorgada igualmente ao Cardeal Kim, da Coreia e Bispo de Lamont, da Rodésia, deveu-se ao empenho desses religiosos, em seus respectivos continentes, em favor dos direitos humanos.

Em 14 de março de 1.978, recebeu o Título de "Cidadão Paulistano", conferido pela unanimidade dos Vereadores da Câmara Municipal em São Paulo.

Sua atuação pastoral na Igreja de São Paulo tem sido marcada por especial orientação em favor do povo da periferia, do mundo do trabalho, da formação da comunidade de base nos bairros e da defesa e promoção dos direitos da pessoa humana.

É por essas razões que acima expusemos que solicitamos desta Casa a concessão do referido título.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez a Nação brasileira está tão confusa que seu povo não sabe ao certo qual o assunto a examinar. Aliás, existem temas para todas as camadas da população.

Os proprietários de automóveis já fizeram corrida aos postos, pois hoje entra em vigor o novo preço da gasolina: Cr\$ 26,00. Depois dos cinquenta e oito por cento do final do ano passado, novo reajuste agora na ordem de quinze por cento. Os proprietários de postos de abastecimento enfrentam um quadro cada vez pior. Aumento o preço, diminui a venda, mas as comissões continuam sem alteração.

Ao lado da gasolina a dona de casa com um duplo problema: o gás foi para Cr\$ 139,10, enquanto o leite vai sofrer aumento nas próximas horas. O estudante também não foi esquecido. Depois dos exorbitantes aumentos das anuidades escolares, depois da confirmação de que o Partido do Governo não propõe no seu programa o ensino gratuito para as instituições superiores, chega agora a mais nova invenção do Ministro da Educação. Crédito educativo só para as profissões para as quais houver mercado de trabalho.

Assim, enquanto aumenta o preço da gasolina, do leite, do correio, do gás, do telefone, da água, da Taxa Rodoviária Única, o Governo vai também diminuir os benefícios do crédito educativo, pois segundo o Ministro Portela, o Governo não vai dar crédito para futuros desempregados diplomados. Assim como ontem nesta Casa foram negados dois pedidos de informações como se o Governo tivesse algo a esconder, é essa a impressão que ficou, hoje em Brasília, a Mesa da Câmara Federal vai apreciar o requerimento do Deputado Hélio Duque, pedindo informações sobre "Vazamentos" na maxidesvalorização do cruzeiro. E as informações de Brasília não conta de que a Mesa vai sustar o requerimento, sob a alegação de que o mesmo pretende quebrar o chamado "Sigilo Bancário".

Ainda na área política, outra guerra envolvendo líderes do Partido Governista. O Governo não aceita a Emenda Constitucional do Deputado Flávio Marcílio que devolve prerrogativas ao Poder Legislativo. E mais uma vez o Governo fala em negociar. Já no Congresso houve tumulto ontem à noite, em virtude da Emenda Lobão.

Entendo que no setor político a Emenda Lobão é sem dúvida alguma o mais importante assunto do dia. Na Câmara, onde há necessidade do "quorum" mínimo de 211 votos para a aprovação, as previsões do Deputado Edson Lobão são otimistas, não obstante o Governo admita no máximo 200 votos.

O Líder do Governo, Deputado Nelson Marchezan, trabalha desesperadamente para derrubar a emenda, não obstante o programa de seu partido fala nas eleições diretas. Ao que tudo indica, a Emenda Lobão vai acabar não vingando, pois no Senado o Partido Governista está pronto para liquidar o assunto e até os comprometidos com a emenda estão "tirando o corpo fora".

A grande verdade é que o Congresso eleito pelo povo, graças a maioria governista, vai outra vez apoiar o Executivo em seu propósito de negar ao povo o direito de escolher os seus dirigentes. E certamente continuarão falando em "democracia"...

Aliás, a "Folha de São Paulo" publica hoje uma expressão muito inteligente, ao dizer que na Câmara, alguns representantes governistas ainda conseguem manter a espinha vertical, e isto traz graves preocupações ao Líder Nelson Marchezan. E entre os Deputados que não curvarão a espinha, estamos seguros estará o Deputado Norton Macedo, Presidente do Partido Governista em nosso Estado, pois ele mesmo fez questão de dar essa declaração algum tempo atrás para a imprensa aqui da terra.

O importante é que o povo está acompanhando tudo. Aliás, o povo vem acompanhando tudo desde o começo da reforma partidária. Só que o povo ainda não falou!

O povo é o grande júri que ainda vai dar a sua sentença... Muita gente que entrou no "embalo da festança" sem primeiro

parar para pensar, poderá ter a sua cabeça dentre as tantas que irão rolar quando o povo disser a última palavra. Ao finalizar esta rápida análise, desejo apresentar à Mesa um requerimento, que certamente terá o apoio dos democratas que honestamente pregam as eleições diretas, pois requeiro um voto de aplauso ao Deputado Edson Lobão pela sua iniciativa de encaminhar e de defender sua Emenda Constitucional pelo restabelecimento dos pleitos para os Governos estaduais.

Apenas isto.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem o nobre Deputado Waldyr Pugliesi encaminhou à Mesa pedido de transcrição de um comunicado à comunidade, aos professores e aos colegas que os alunos de arquitetura da Universidade Federal do Paraná fizeram no sentido de justificar perante a opinião pública o seu movimento reivindicatório e a paralisação das aulas.

Sr. Presidente, esta Casa tem constantemente registrado movimentos reivindicatórios. O presente comunicado é estarecedor. Porque numa Universidade, Sr. Presidente, que ao final de ano tem a desfaçatez de devolver verbas para o Ministério da Educação e Cultura, é de estarrecer quando uma turma de alunos é obrigada a paralisar aulas para conseguir isto, Sr. Presidente, contratação de apenas nove professores, pranchetas para tornar possível e praticável o ensino de arquitetura e apenas três salas de aula, Sr. Presidente, numa Universidade que, como sabemos, possui uma infinidade de imóveis, de prédios, muitos dos quais até não utilizados não utilizados.

Por isso, Sr. Presidente, assumimos a tribuna para dizer da nossa decepção, mas a nossa decepção profunda com o que se convencionou dizer abertura política. Abertura deveria ser inicialmente na Universidade, onde a ciência, a arte, o espírito crítico, onde realmente o espírito criador da sociedade tivesse condições e ambiente para viver uma efetiva abertura.

Sr. Presidente, vivemos na realidade e voltamos, na realidade, ao obscurantismo. Porque a Universidade é o termômetro de uma sociedade, de uma comunidade, de uma coletividade que se encaminha para o debate, para a discussão, para a verdadeira abertura. E o que vemos na nossa Universidade é o obscurantismo voltando. É cientista como Freire Maia, pelo simples fato de ter tido o patriotismo, como já se disse desta tribuna, de criticar a deficiência e o caos do ensino brasileiro, desse homem ser vetado da relação de professores da nossa Universidade. Hoje a Casa registra a presença de alunos de arquitetura que pedem apenas isto, pranchetas, pedaços de madeira que podem ser confeccionados em qualquer oficina, mesmo artesanal. Sr. Presidente, é de se apavorar com isso, a insensibilidade dos homens que dirigem as instituições e que deveriam estar à frente.

E a nossa Universidade, lamentavelmente, está atrás, a reboque. Por isso, Sr. Presidente, endosso o requerimento do eminente Deputado Gilberto Carvalho que propõe que a Casa faça um apelo ao Sr. Reitor para que atenda as reivindicações destes estudantes.

E a minha presença na tribuna é apenas para isso. É para que aqueles colegas muitas vezes apressados em ver nesse tipo de movimento a presença de elementos estranhos à classe, de subversivos, de elementos contrários ao Governo e ao sistema, que se acautelem; porque este movimento reivindica tão só, Sr. Presidente, coisas materiais que estão em deficiência na nossa Universidade: professores, pranchetas e salas de aula.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Aplausos). — Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa faz um

apelo às distintas pessoas que compõem a nossa galeria, que na forma do Regimento Interno não é permitida manifestação da galeria. Esta Presidência faz este apelo às distintas pessoas que compõem a galeria deste Poder que nos honram, inclusive, com a sua presença.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, inicialmente quero encaminhar à Mesa um requerimento pedindo que seja destinada uma viatura para o Distrito de Boa Vista da Aparecida, no Município de Leônidas Marques.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados:

Ontem à noite, pela televisão, o Governo teria anunciado o tabelamento ou a fixação do preço básico para a comercialização do trigo que fundamenta também, via de regra, a fixação de valor básico para o financiamento de custeio.

A situação econômica e financeira do País, Sr. Presidente... (Pausa, conversas paralelas em plenário).

Posso prosseguir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Com a palavra, da tribuna, o nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Dizia que a situação econômica e financeira do País está levando o povo ao desespero; não sendo demais afirmar que já se tem notícia que um chefe de família, em Curitiba, teria matado a esposa e filhos, depois suicidando-se, em virtude de sua situação.

A baixa renda imposta aos trabalhadores pelo modelo econômico selvagem, limita o nível de vida da população... (Pausa, conversas paralelas em plenário).

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Com todo o prazer.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência tem toda a razão quando exige da Mesa o cumprimento do Regimento Interno, por ocasião em que Vossa Excelência ocupa esta tribuna. Porque os assuntos que Vossa Excelência traz ao conhecimento da Casa são sempre relevantes na minha opinião. Sempre o escuto até com fervor. E antes que Vossa Excelência desenvolva o tema que o trouxe à tribuna, que sei serão críticas ao Governo Federal, quero emprestar a minha solidariedade a Vossa Excelência. Realmente a situação do povo brasileiro é desesperadora.

E não está se vendo principalmente seriedade no Governo Federal, para este problema. Haja visto o que aconteceu agora com as ações da Vale Rio Doce, em que o Ministro da Fazenda tripudiou sobre o povo brasileiro. Agora esta decisão de conceder um aumento exagerado, não digo que os produtores não estivessem realmente necessitando de um aumento, mas não na ordem e na percentagem em que foi concedido. Realmente mostra o descontrole do Governo.

Agora, Vossa Excelência não culpe o Governo, por favor, pela morte dessa família...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Não o Governo não, culpo o Sistema.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência sabe que foi pesquisado exaustivamente, e provado no inquérito policial, que esse cidadão era um anormal, que quis abusar da virgindade de sua própria filha. Que embuído pelo remorço é que cometeu suicídio, matando toda a família. Então, por favor, Vossa Excelência não misture uma coisa com outra. Apesar de que estou em gênero e número com Vossa Excelência. A situação do País realmente é terrível e o pior é que não está se vendo seriedade dos setores responsáveis do Governo Federal, por essa situação. E com isto sofrem os estados, principalmente os municípios. O nosso Governador, apesar do seu esforço titânico, apesar de sua boa vontade, do seu Plano de Governo que não é utópico, como já se afirmou nesta Casa, também está sofrendo com os rumos da política econômica nacional. Todos

os Governadores, com exceção do Estado de São Paulo, que paradoxalmente é o único Estado do Brasil que se beneficia com a inflação.

Mas os demais estados estão aí com as finanças estouradas, arrasadas, os municípios, da mesma forma; então estou em gênero, número e causa com Vossa Excelência. Apenas não misture as coisas.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço a Vossa Excelência.

Quero prosseguir, Sr. Presidente, dizendo que, estava apenas preambulando, todavia já no preâmbulo se nota que este modelo econômico e selvagem, que subtrai a possibilidade de se ter um alimento adequado na mesa e o homem mal alimentado é mal arejado, é um homem com condicionamento intelectual, cultural, até para o entendimento da própria vida. E aí, Sr. Presidente, é que nesta condição de limitação do nível de vida da população, obriga as famílias a reduzir a quantidade e a qualidade dos alimentos. Em consequência, - e aí quero contestar, não pessoalmente, mas através do consenso mais profundo dos técnicos da área, brasileiros, que as crianças, principalmente em consequência da má alimentação, necessitam de rica e adequada alimentação principalmente até os sete anos de idade. Fase do desenvolvimento mental. E se isso não for adequado, não for suprido, ela fica impedida de ter esse desenvolvimento completo, adequado para o perfeito entendimento e racionalidade, para o bom convívio social. Para isso ela precisa abastecer-se de frutas, de leite, de carne, de ovos e de outros produtos indispensáveis na mesa cotidiana. Por imperativos da baixa receita doméstica. Este fenômeno vem se tornando assustador, sobretudo na cidade de grande e médio porte, onde o homem do campo busca refúgio ou alternativa de vida, melhor emprego, maior esperança de elevar o seu padrão de vida, cuja ilusão se desfaz no início da sua trajetória e da sua caminhada.

As medidas adotadas pelas autoridades que determinam decisões, têm sido, no curso desses últimos e cansativos anos, indiscutivelmente, contrárias aos interesses do povo e do próprio País, por mais que se fira os tímpanos dos governantes esta é a realidade da qual estão distanciados.

As leis de exceção impediam e ainda impedem a formação de uma consciência nacionalista e patriótica, livre e aberta.

O esbanjamento das finanças públicas e o mau uso de recursos e riquezas em projetos faraônicos, criam um generalizado desestímulo aos trabalhadores e aos empresários, hoje castigados por pesados encargos, fiscais e tributários.

Os desmandos existentes na administração pública, desde o mais humilde e até o mais elevado servidor, temporário ou permanente, leva os objetivos maiores e mais sadios da Nação a condições pretéritas.

O apego dos poderosos ao poder e ao domínio, leva-os a cometer erros grosseiros e até abusivos contra as grandes camadas produtoras da riqueza nacional. As fórmulas casuísticas e falsas de alterar a vida do cidadão, seja no campo social, no campo econômico e no campo político, desagrega a própria vocação libertária do povo que, inconsciente e desordenadamente, busca defender-se através de meios simplistas e incorretos.

A desinformação e a má informação dos fatos políticos, dos fatos econômicos e dos fatos administrativos, impostos pelo regime, impede a formação de juízos corretos e racionais, estabelecendo um conflito entre a realidade e a suposição.

Surge, daí, a frustração, a decepção e o desinteresse pela causa pública e pelos objetivos nacionais.

O povo perde o civismo, perde a coragem, e até o entusiasmo de viver e de lutar.

A situação se agrava de ano para ano, e agora afeta os produtores rurais, agregados em cooperativas, às quais, apesar

dos vícios que as afetam e prejudicam, conseguem mobilizar e conscientizar parcela considerável de agricultores.

As decisões tomadas pelo Governo, no caso do plantio extemporâneo do feijão, força o raciocínio de incompetência, quando não da má-fé que beneficia poderosos grupos interessados em ávidos lucros fáceis.

Basta analisar que está oferecendo entre treze e quatorze mil cruzeiros o alqueire, como recurso para o custeio do plantio do feijão. E o pior de tudo, Sr. Presidente, fora da época recomendada pela técnica. Com essa medida, aparentemente patriótica, sai do mercado aproximadamente 170.000 sacas, destinadas que serão, às sementes, cujo teor germinativo é duvidoso, e já não há exigência de uma semente testada e garantida, para satisfazer este plano maquiavélico e duvidoso do Governo.

Ora, este feijão, atirado ao solo e com esse possível vício de origem, soma-se à sua extemporaneidade, criando um evidente e antecipado prejuízo para a Nação.

Evidentemente que a frustração da safra é inevitável por causa desses fatores apontados. Mas, para isso, há o PROAGRO que assegura em cem por cento os prejuízos eventualmente sofridos, e juros fixados em quinze por cento ao ano.

Essa medida só pode ser entendida como manobra para beneficiar grupos econômicos como os ATALLA, que, segundo informações, já recebeu a cifra aproximada de treze milhões de cruzeiros para fazer o plantio de mil alqueires, nas áreas que dominam.

Para este plantio, não despenderá o total sequer de três milhões de cruzeiros, revertendo-se, assim, na possibilidade de uma grande negociata que o Governo permite que seja feita.

E há quem diga ser iminente a importação do produto, para suprir o mercado interno, e a soma dos dois casos, se verificados, transforma-se num crime até de lesa-pátria. A revolta ainda maior é no caso da política do plantio do trigo que nos leva a crer que o Governo deseja impedir a sua plantação e, com isso, implantar o produto cujo diferencial de balança o Governo fala já e anunciou ontem, através do Ministro da Fazenda, que chegaria a trezentos milhões de dólares.

O clima de tensão no meio rural é revoltante por falta de rumos, de certezas, de base para o planejamento da ação que deve assumir o produtor, diante das dificuldades que já enfrenta. Ontem à noite, anunciava o Governo que o preço mínimo giraria em torno de Cr\$ 710,40 a saca de 60 quilos. Repetiu-se a frustração, a irreabilidade da safra passada, fixada então em Cr\$ 324,00 a saca, quando se esperava um preço mínimo de Cr\$ 380,00. Neste ano a expectativa era de pelo menos Cr\$ 800,00 a saca, para ser possível a viabilização do plantio e do estímulo, para que a plantação fosse feita de forma adequada. A reivindicação dos agricultores, não se esgota apenas no preço, mas na adequada proteção de fracassos ditados por fatores climáticos e por isso desejam a cobertura do PROAGRO em cem por cento e que a incidência de juros sobre esta proteção, não seja superior a concedida no ano passado, que foi de um por cento.

A pretensão do Governo agora, Sr. Presidente, é de que esta safra de trigo seja protegida pelo PROAGRO no valor de oitenta por cento do custeio. Desta forma, a agricultura já descapitalizada, de ano para ano, claudicante com as demagógicas fórmulas implantadas pelos Ministérios da área econômica, além de restringir a cobertura de risco eleva a taxa, como dizia, de um por cento para três por cento sobre o valor financiado de custeio.

Não é só. Os juros de financiamento até a safra passada, que chegava a apenas quinze por cento, o que poderia criar um equilíbrio para o plantio do produto. A partir deste ano elevou-se para trinta e três por cento, criando um desassossego na área rural. Há uma flagrante contradição no tratamento estabelecido

com o problema do feijão e do trigo, enquanto o feijão tem cobertura de cem por cento, à base de um por cento sobre essa cobertura, os juros ainda ficaram limitados a quinze por cento ao ano, enquanto que o valor do custeio chega a pouco mais de Cr\$ 13.000,00 por alqueire, o trigo por sua vez, sendo um produto de indiscutível importação e que cria sérias divisas para o balanço de pagamento, foi elevado o valor de custeio a trinta e três por cento para o pequeno agricultor, aquele considerado que planta uma área de 50 hectares, além de ser o PROAGRO coberto em apenas oitenta por cento. Além disso, a taxa incidente, que era de um por cento sobre esses juros, passou a ser de três por cento.

Além desses aspectos, há que se considerar que nos anos anteriores, os financiamentos eram efetuados mediante dados fornecidos por pesquisa de campo, visando obter uma produtividade realista em sacas por hectare.

Neste ano ainda é desconhecida a fórmula a ser adotada, mas esta não poderá ser feita por analogia nem por média de municípios como tem sido procurado adotar, porque esta média não retrata nem de longe, a realidade que se verifica.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Concederei em breve.

A produtividade deveria ser constatada por técnicos, pelas cooperativas, pela EMATER, antiga ACARPA, existentes em todas as regiões produtoras do Estado e em quase todos os municípios e distritos desses municípios. Só desta forma, chegaríamos a uma conduta racional, objetiva e responsável.

No caso do trigo, Sr. Presidente, tivemos o cuidado de, juntamente com alguns técnicos, fazer um levantamento de quanto ficaria, de quanto custaria o plantio de 50 hectares, e a colheita prevista, com base nas pesquisas, se não tiver nenhuma frustração, daria a mil sacas de sessenta quilos uma produção para efeito de cálculo de mil a receita prevista com colheita normal, seria de Cr\$ 750.000,00, as despesas com financiamento contratado, com encargos financeiros, com adicional do PROAGRO de três por cento, com juros, correção, o valor do financiamento no total, o saldo do financiamento seria, no resultado, o total de despesas que chegaria a Cr\$... ..558.494,00, para um valor estimado do financiamento contratado de Cr\$ 496.400,00.

Por aí se vê que é absolutamente impossível, mesmo tendo em vista o valor atribuído à venda da saca do trigo fosse Cr\$ 750,00, entretanto, com a fixação a Cr\$ 710,00 não há possibilidade de plantio de trigo se o Governo não tiver pelo menos o capricho e o cuidado de elevar a proteção do PROAGRO a cem por cento, e a taxa de juro incidente de no máximo aquela estabelecida no ano passado.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Estou vendo em Vossa Excelência um verdadeiro homem que defende a lavoura, que defende os grandes latifundiários, quando Vossa Excelência faz um paralelo, não entendi. Vossa Excelência, defendendo o trigo e botando o feijão lá em baixo, porque a região de Vossa Excelência é a região do trigo, agora a nossa região, a região dos homens de mão calosa, os homens que defendem esse Brasil e esse Paraná puxando o rabicho do arado e o cabo da enxada, são os plantadores de feijão.

Esses homens não têm defesa, como vê Vossa Excelência os fatos se repetem. Muda-se o colorido e os coitados dos colonos, os pequenos agricultores, ficam marginalizados, sem uma voz aqui na Assembléia que venha defendê-los. Estamos a defender os grandes latifundiários e os minifúndios pequenos, o homem de um alqueire, de meio alqueire, que planta feijão. O homem que dá seu suor, que derrama no anonimato o suor de seu rosto, muitas vezes sacrificando, trabalhando: de sol a

sol, não é defendido por Vossa Excelência.

E Vossa Excelência faz um paralelo entre aqueles abnegados plantadores de feijão, que quero hoje defender sem falsa demagogia, estes homens que são os verdadeiros responsáveis pelo celeiro de nossa Pátria. Os homens que não têm talvez acesso a grandes maquinários, que não têm grandes latifúndios para trazer e produzir, e fazer manter uma voz aqui dentro da tribuna, para defendê-los e, nesse instante, ficamos revoltados, ilustre Deputado, ao vermos Vossa Excelência, um homem de tirocínio inigualável, a defender os plantadores de trigo e marginalizar os plantadores de feijão. Aqueles homens que a única coisa que eles têm para prestar conta a Deus, são os calos em suas mãos. Não têm aqui, nesta Assembléia, alguém que defenda também os plantadores de feijão, que precisam, que necessitam muito mais do que os poderosos plantadores de trigo, talvez defendidos por Vossa Excelência e por nós mesmos. Os plantadores de trigo não precisam de defesa, quem precisa de defesa são os pequenos que pertencem ao nosso Paraná e ao nosso Brasil. E por isso a minha revolta.

É preciso que o Governo olhe para os plantadores de feijão que Vossa Excelência está botando num segundo plano.

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Vossa Excelência me permite, devolva-me a palavra, porque quem está na tribuna sou eu, Vossa Excelência tem o aparte.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Mas Vossa Excelência me concedeu.  
**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Peço a Vossa Excelência que me devolva.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Devolvo porque Vossa Excelência está defendendo os grandes produtores e deixa marginalizados os pequenos produtores.

Muito obrigado.

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aí está estabelecido o pensamento do partido do Governo expressado na clara evidência do Deputado que me aparteu, a quem peço que não confunda e não sofisme em cima de dados e também prefiro o testemunho da minha consciência do que as opiniões a meu respeito.

E tem outra coisa: não vim aqui nem assacar contra o pequeno agricultor e muito menos contra o plantador de feijão. O que estou denunciando é inevitavelmente falcaturas em cima de financiamento, que isso não vi nenhum do Governo defender, a racionalidade dos financiamentos para esse tipo de cultura.

O que nós queremos é que haja uma medida racional, lógica, justa, para que não se desperdice as finanças públicas que são pagas principalmente pela agricultura, seja ele pequeno ou médio agricultor.

**O Sr. Nilso Sguarezi** — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, sugeriria para resolver a evidência, no entender do Deputado Gabriel Manoel, que não há defensores dos plantadores de feijão nesta Casa, que se criasse uma comissão permanente e se desse a Presidência ao Deputado Gabriel Manoel. Aí ele poderia empunhar o estandarte de defensor dos plantadores de feijão.

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Muito obrigado, eminente Deputado.

Na verdade esta Assembléia tem sido palco de muitas discussões etéreas e muitas vezes se faz com a maldade daqueles que usam do expediente do subterfúgio, do engodo, do engano, do sofisma, para divergir as opiniões e direcionar os conceitos nos rumos visados por aqueles que detêm o poder.

**O Sr. Augusto Carneiro** — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço e peço o aparte para dizer que tenho conversado em várias oportunidades, particularmente, com Vossa Excelência, e sentido a preocupação constante de Vossa Excelência nos assuntos atinentes à agricultura.



Confesso que sei, por ser Vossa Excelência um representante de uma região autenticamente agrícola, talvez seja esse o motivo com que Vossa Excelência tem se preocupado neste campo de atividade. Pelo mesmo fato, sendo eu também representante de uma região agrícola, é um assunto que temos tido o maior interesse nele. Analisamos de princípio e quero responder aqui de que a palavra, o aparte feito pelo nobre Deputado Gabriel Manoel, não é um pensamento do Governo. Ele mesmo disse depois ser um pensamento isolado seu. Por isso não deve atribuir a um pensamento global do Governo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Folgo em saber.

O Sr. Augusto Carneiro — No entanto, quando Vossa Excelência da tribuna faz críticas ao financiamento do feijão da seca, que é esta lavoura tardia que sempre se plantou neste País quando ainda não existiam financiamentos. Sabedores que o produto colhido da lavoura da seca é o produto que tem melhor condição de armazenagem e que por situações de intempéries, que é o assunto de crítica de muitos, deixou-se de plantar este feijão, o Governo obviamente e quero confessar também antes de defender este aspecto, de que em vários aspectos acho que o Governo Federal tem pecado. Neste aspecto, o Governo pensou em arrumar um financiamento para que se pudesse o Governo correr o risco desta intempérie que, geralmente, tem ocorrido no feijão da seca, e financiou com juros, segurado pelo PROAGRO.

Considero válida a intenção do Governo. É uma experiência e como falta o produto, que é o produto básico à alimentação de nosso povo, o Governo incentivou o plantio do feijão das secas, deu garantia e financiamento através do PROAGRO para esta produção.

Se houver prejuízos, o Governo vai arcar. Mas como sempre ocorre na lavoura, é por isto que alguém corre risco, seja o produtor, seja quem financia que, no caso, é o Governo.

A verdade é que necessitando da produção, acho que o Governo fez muito bem em financiar a lavoura de feijão, porque se houver uma produção satisfatória, então estas críticas serão infundadas.

Com referência ao preço do trigo, concordo com Vossa Excelência que por um laudo técnico que trouxe e acabou de ler, diz que o preço mínimo estipulado deveria ser Cr\$... 750,00.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Não disse isto ...

O Sr. Augusto Carneiro — No entanto, eu que faço parte de uma das grandes cooperativas deste Estado, ou a maior cooperativa deste Estado em produção e em movimentação, que é a Cooperativa de Campo Mourão, afirmo aqui, que pelas palavras da direção daquela cooperativa, era esperado um preço de Cr\$ 700,00, mínimo, estipulado para o trigo; no entanto, o preço veio de Cr\$ 710,00.

Se Vossa Excelência criticasse aqui o retardamento do preço mínimo do trigo, concordaria plenamente com Vossa Excelência porque, na verdade, isto ocorreu. Era preciso que saísse antes. No entanto, o preço estipulado era o preço esperado pelo Paraná, embora não o seja, quem sabe, por aqueles que esperam ganhar dinheiro com o trigo.

Muito obrigado pelo aparte, nobre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concluo, Sr. Presidente, dizendo apenas que quem paga não é o Governo, quem paga o custo é o próprio povo; sobretudo o povo da agricultura. Entretanto, quanto ao retardamento de fixação de valor básico de financiamento e na fixação de preço, temos criticado, inclusive enfatizando aqui mesmo, nesta hora, desta tribuna. O que não podemos concordar é que o preço esperado seria de Cr\$ 700,00. Na região de Campo Mourão pode ser que o custo seja inferior à região Oeste do Paraná, onde tem a incumbência de produzir trinta e oito por cento da produção do Estado. Lá, esperávamos, superior a Cr\$ 750,00.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 149/79, de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES, que declara de utilidade pública a "Sociedade Beneficente Miguel Couto", da Cidade de Londrina, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, de acordo com o Regimento Interno, solicito de Vossa Excelência que determine seja procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada 38 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Em votação o Projeto de Lei n.º 149/79.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150/79, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e a Infância", de Vera Cruz do Oeste, do Município de Céu Azul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex à Secretaria da Agricultura e ao Ministério da Agricultura, reivindicando o Valor Básico de Custeio maior aos tricultores.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado a diversas autoridades, no sentido de que se irmanem na luta dos produtores de soja do Estado, a fim de que o imposto de exportação sobre o referido cereal e seus sub-produtos seja eliminado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, sugerindo a criação de um esquema que possibilite uma ação preventiva para conter a violência.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de aplauso ao Sr. Deputado Edson Lobão, pela apresentação e defesa da emenda constitucional restabelecendo os pleitos diretos para os governos estaduais.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo relacionado com a exploração do "Jogo-do-bicho", publicado no jornal "Hoje" de Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo. (O artigo acha-se publicado no final desta ata.)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Du-

mont, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Senhores Ministros da Fazenda, da Agricultura e Presidente do Banco do Brasil, encarecendo a imediata liberação dos financiamentos de custeio à suinocultura.— Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do comunicado aos Colegas, Professores e a Comunidade em Geral, dos alunos do Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná, que se encontram em greve. Em votação.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As classes dominantes no Brasil sempre foram muito competentes. Competentes é lógico, para continuar a exploração a que submeteram todo o povo brasileiro, desde o início de nossa colonização.

Pedro II, por exemplo, nosso preclaro Imperador, nunca se equivocou a respeito. Nos dias em que a Argentina, Chile e Uruguai, generalizavam a educação primária, dentro do espírito de formar cidadãos para edificar, naquelas eras, o nosso sábio Pedro, criava duas únicas instituições educacionais: o Instituto de Surdos e Mudos, e o Instituto Imperial dos Cegos.

Desde o início foi desta maneira que se tratou o problema educacional neste País.

Aliás, diga-se de passagem, que muitos anos após essas atitudes do nosso Imperador, outro Pedro, o Pedro Calmon, que também ri mais do que o Shigeaki Ueki, - e nós não sabemos porque motivo, - o Pedro monárquico, o Calmon, passou a se servir daquela sede do Instituto Imperial dos Cegos.

Ali ele colocou a Reitoria da Universidade do Brasil. Logicamente, antes de fazer isso, Pedro Calmon tirou de lá os cegos que estavam desde a época do nosso Imperador.

Mas, dada a exigüidade do tempo que nós temos no encaminhamento desta votação, pretendemos fazer aqui a leitura desse comunicado que os estudantes de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná estão fazendo aos colegas, aos professores e à comunidade em geral. Dizem eles:

"Nós, estudantes de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná, em assembléia geral realizada em 13 de março, quinta-feira, decidimos pela continuidade da paralisação das aulas, visto que o conjunto de nossas reivindicações não foi atendido.

Desta forma, nos sentimos no dever de esclarecer à opinião pública, sobre os motivos que nos levaram a tomar tal atitude. Essas reivindicações surgiram de problemas que sempre estiveram presentes no Curso e que, no momento atual, assumem dimensões críticas. Assim por exemplo: a precariedade das condições materiais de ensino, quais sejam: —falta de pranchetas, bancos e salas de aula insuficientes e inadequadas ao ensino de arquitetura, levou-nos no início do ano passado, a um movimento reivindicatório, que teve como resposta o ensalamento provisório de algumas turmas, bem como promessa de solução dos problemas existentes.

Ao longo do ano, as promessas não sendo cumpridas, a situação agravou-se, havendo, no momento, 275 alunos regularmente matriculados em disciplinas que exigem o uso de pranchetas com os respectivos bancos, e para este total, apenas 167 pranchetas e 190 bancos em condições de uso.

Esse déficit comprometedor é agravado pela situação das salas de aula. Sabe-se que o bom desenvolvimento dos nossos

trabalhos, depende de uma continuidade que só pode ser obtida na medida em que se dispõe de salas de aula, de projeto e desenho em tempo integral e uso exclusivo. Isto porque há necessidade de permanente troca de informação que se realiza através de um contato que propicia a observação e permanente discussão do trabalho e da confecção, exposição e avaliação dos projetos e modelos, coisa que só pode ser viabilizada a partir de garantia de integridade dos desenhos e maquetes expostos. Além disto, o material utilizado no trabalho gráfico, é muito caro e facilmente danificável, sendo conveniente a sua permanência no local de uso. Desta forma, o atelier de desenho, a sala de aula usada para este fim, funcionaria como um verdadeiro laboratório, pois as atividades ali desenvolvidas, são de caráter eminentemente prático e adaptadas a uma metodologia de trabalho específica, inerente ao ensino mesmo da arquitetura.

Porém, estas precariedades materiais, não são o único problema com o qual nos defrontamos.

Em novembro de 1.979 foi realizado no Departamento de Arquitetura, um concurso para admissão de professores colaboradores, visando suprir, em partes, lacunas já existentes, e cada vez maiores no quadro docente. Mediante o concurso, foram preenchidas as 9 vagas ofertadas. No entanto, no início do ano letivo, defrontamo-nos com a intenção da Reitoria, de efetivar a contratação de apenas 4 daqueles 9 colaboradores classificados, alegando que o número de 4 colaboradores, existente no ano passado, não poderia ser ampliado.

Evidentemente esta oferta fica muito aquém das necessidades do curso, pois no quadro docente, regular, existem 6 professores colocados à disposição da Universidade, desempenhando encargos públicos ou particulares, e portanto, impossibilitados de lecionar.

A situação é tanto mais grave quando se sabe que o número desses professores deve crescer no começo do segundo semestre de 80, visto que já tem programas paralelos de complementação curricular em outras escolas e no exterior.

Deve-se notar, por outro lado, que a metodologia de ensino das disciplinas de projeto, existentes durante todo o curso, com o acompanhamento dos trabalhos de prancheta pelos professores, exige uma disponibilidade mínima de tempo a ser dedicada pelo professor a cada aluno. Assim, por exemplo, o parâmetro usual da relação número de alunos para professor, seria de dez para um ou no máximo 15 para um, valores idênticos aos propostos para o ensino de laboratório e nos cursos de Medicina para o ensino de clínica médica.

Esta relação no Curso de Arquitetura na Universidade Federal, está na ordem de 27 para um, o que demonstra que mesmo a contratação daqueles 9 colaboradores apenas supriria de maneira muito débil o déficit observado. Resultado: a situação do curso é insustentável e compromete inclusive a sua existência. Com este pano de fundo, no dia doze nos reunimos em assembléia geral e decidimos pela paralisação das aulas até que as condições mínimas de funcionamento sejam obtidas.

Agora vem a exigência dos alunos de arquitetura da Universidade Federal: 1.<sup>o</sup>, a imediata contratação dos 9 professores colaboradores; 2.<sup>o</sup>, o suprimento de déficit existente de pranchetas e bancos; 3.<sup>o</sup> a efetivação do ensalamento exclusivo para o Curso de Arquitetura e Urbanismo de 3 salas adequadas à prática de desenho e da composição arquitetônica. Após 24 horas de paralisação, nada de concreto obtivemos, além das habituais promessas de resolução dos problemas dos quais e com razão já não podemos confiar.

Concluindo, nesta segunda assembléia geral, em resolução absolutamente unânime e representativa, deliberamos pela continuidade do movimento até ser atendido o conjunto das nossas reivindicações e pelo lançamento desta nota para o esclarecimento da opinião pública: Nós estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UFP, assumindo total responsabilidade pela condução do movimento, reservamo-nos o direi-



to sermos o seu único e legítimo porta-voz. Julgando justas nossas exigências, esperamos a breve solução do impasse criado, e pedimos a compreensão e apoio de todos os colegas estudantes, professores e da comunidade em geral."

Este é o comunicado que os alunos em greve fazem aos colegas, aos professores e à comunidade em geral. E nós estamos aqui a fazer um apelo para que toda esta Assembléia, independente de posições políticas, possa se somar às justas reivindicações dos estudantes que estão em greve. Na realidade o que eles estão a exigir é o mínimo, que poderá ser conseguido com a maior facilidade possível. Porque, na realidade, neste País, houvesse das autoridades o interesse para solucionar esses problemas, eles nem deveriam existir. Li e são pequenas as exigências que os estudantes fazem e está aqui e espero que os demais Srs. Deputados aqui presentes, também se pronunciem dando o seu apoio a essas reivindicações das mais justas, que os alunos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná estão a fazer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está em votação o requerimento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em agosto do ano passado, a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná entrou em greve e a razão, a motivação de tal movimento paredista, dizia respeito à falta de professores. Obviamente agora, quando nós vemos os estudantes de Arquitetura também com movimento de greve, devemos ficar cada vez mais conscientizados da estrutura de ensino que vive o País, da falência do modelo educacional, de um lado privatizante, de outro economicista e que estão criando todo este tipo de movimentação do estudantado.

Analisei rapidamente a exposição do Deputado Waldyr Pugliesi e veja bem, Sr. Presidente, só no problema material tão somente, de 275 alunos, possuem tão somente 167 pranchetas, faltando um total de 108. O instrumento de trabalho, de ação, de aprendizagem técnica, está defasado, com o gravíssimo aspecto de que não atende, portanto, nem o mínimo necessário. De 275 alunos do curso, 190 bancos existem numa falta de 85. Seria o mesmo que aqui na Assembléia com 58 Srs. Deputados, nós tivéssemos 30 cadeiras ou 30 gabinetes. É até ridículo a que ponto chegou o País, ao cúmulo em que chegam as coisas, quando o estudantado tem de parar de ir à aula, parar com o seu trabalho de aprendizagem para reivindicar o mínimo necessário, inclusive os instrumentos de trabalho, os instrumentos didáticos, os instrumentos pedagógicos.

É óbvio Sr. Presidente, que esta conclamação tem que ser mais veemente. Parece-me que este requerimento ora em discussão, terá a aprovação desta Casa. Mas aqui faço um apelo mais sério, o apelo ao Líder da bancada do PDS, ao Presidente desta Casa, que inclusive intercedam junto ao Governador do Estado do Paraná, um ex-Ministro da Educação e Cultura deste País, altamente comprometido portanto, com a política educacional cujo resultado está aí, mas mais do que isso, Sr. Presidente, essa intercessão da Presidência da Casa, da liderança do Partido Situacionista, junto ao Governo do Estado, também diz respeito porque o atual Reitor que tem procurado obstar a presença destes reivindicantes em seu gabinete, que tem evitado atender a reivindicação apresentada, ele obviamente está lá até por influência e atendimento às determinações de Sua Excelência o Governador do Estado.

Isto significa, portanto, que o próprio Reitor é uma extensão do Governo do Estado já que nós sabemos que esse tipo de nomeação provém de indicações seriamente ligadas ao Poder Executivo que existe no Estado.

Por esta razão, parece-me que vai bem além a situação

crítica dos estudantes de arquitetura. E por esta mesma razão, portanto, é que conclamo que não fiquemos somente no requerimento ora em discussão, mas que haja essa intercessão, essa presença reivindicante, contactos com Sua Excelência o Senhor Governador do Estado e este por sua vez interceda clara e definitivamente junto ao Reitor que é o seu representante no Estado, neste caso na Universidade Federal do Paraná e possamos ter ao menos o atendimento do mínimo necessário para a continuidade das atividades dos estudantes de arquitetura e urbanismo.

Seria esta a nossa manifestação até por um dever de consciência, porque bem sei que entre esses estudantes estão inclusive muitos que vêm do interior, com todas as dificuldades e problemas. E bem sabemos que não é admissível que, neste País, necessitando de tanto tecnologia e sempre com base humanística, que nós precisamos de tanto conhecimento técnico e o aprendizado mais aprofundado de nossas questões, nível inclusive universitário, não podemos ficar a mercê de problemas desta espécie.

É a condenação do nosso futuro enquanto esse sistema educacional permanecer neste Estado comprometido, comprometedor e aquém das necessidades nacionais e locais.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero manifestar o apoio da bancada do PDS a este requerimento. Ao mesmo tempo penso eu cabe fazer um apelo ao Ministério da Educação e Cultura para que entenda a situação em que se encontra hoje a Universidade Federal do Paraná.

Bem lembrou um dos oradores que me antecederam, que em agosto do ano passado, estudantes da Faculdade de Direito foram ao recurso extremo da greve pedindo aulas; não tenham professores. E hoje, observamos uma situação semelhante no Curso de Arquitetura. Posso dizer com toda a convicção de que a situação da Universidade é realmente muito grave, talvez pelas próprias limitações impostas pela estrutura organizacional da Universidade Federal do Paraná, pelos recursos que são muito poucos. Numa hora em que o mundo todo vive da pesquisa científica, numa hora em que o mundo todo quer ver a sua juventude estudando e que para estudar precisa de bons laboratórios, precisa de bons equipamentos, nesta hora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos trazer o nosso apoio ao requerimento.

E tornar mais amplo este requerimento. Iremos além de um apelo, ao nosso Governador, que é um homem absolutamente sensível à causa educacional. Mas apelar ao Ministro da Educação para que apoie as reivindicações do Reitor Ocyron Cunha.

Não posso admitir, não posso entender que um Reitor com esta responsabilidade, queira trabalhar contra o estudantado. Claro que não quer. Sofre, no entanto, as consequências de uma limitação, que é inconcebível dentro do presente momento.

Nestas condições, por delegação do Líder da bancada do PDS, devo manifestar o nosso apoio a este requerimento, ao mesmo tempo que solicitamos a esta Casa que faça um apelo ao Ministro Eduardo Portela, para que não só pregue o boicote às anuidades nas Universidades particulares, como também abra os cofres e, principalmente, abra a sua mente para a realidade da educação do Brasil.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

(A matéria acha-se publicada no final desta ata.)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Reitor da Universidade Federal do Paraná, em forma de apelo no sentido de atender às justas e razoáveis reivindicações dos estudantes do Curso de Arquitetura.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, em forma de apelo no sentido de que incluía no projeto da nova Organização e Divisão Judiciária do Estado, as Comarcas de Nova Aurora e Céu Azul.— Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo seja destinada uma viatura à Sub-Delegacia do Distrito de Boa Vista da Aparecida, no Município de Leônidas Marques.— **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, queiram levantar-se (Pausa).

14 Srs. Deputados o aprovam;  
nenhum rejeita.

Não há "quorum" para votação e nem para prosseguimento da sessão.

O SR. NILSO SQUAREZI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que já foi comunicado inclusive o resultado que não estaria havendo sessão dado o número na verificação de votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO -- dos Projetos de Lei n.º 149 e 150/79.  
Marcando ainda uma Sessão Ordinária para sexta-feira, dia 21, às 10,00 horas com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 138 e 173/79.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA,  
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR  
DEPUTADO WALDYR PUGLIESI,  
EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 19 DE MARÇO DE 1980**

### **"ARQUITETURA EM GREVE" COMUNICADO AOS COLEGAS, PROFESSORES E À COMUNIDADE EM GERAL**

Nós, estudantes de Arquitetura da UFPr, em Assembléia Geral realizada quinta-feira, dia 13/03, decidimos pela continuidade da paralização das aulas, visto que o conjunto de nossas reivindicações não foi atendido.

Desta forma, nos sentimos no dever de esclarecer a opinião pública sobre os motivos que nos levaram a tomar tal atitude. Essas reivindicações surgiram de problemas que sempre estiveram presentes no curso, e que, no momento atual assumem dimensões críticas. Assim, por exemplo, a precarie-

dade das condições materiais de ensino; quais sejam, falta de pranchetas, bancos e salas de aula insuficientes e inadequadas ao ensino de arquitetura, levou-nos no início do ano passado a um movimento reivindicatório que teve como resposta o ensa-lamento provisório de algumas turmas, bem como prome-sas de solução dos problemas existentes.

Ao longo do ano, as promessas não sendo cumpridas, a situação agravou-se, havendo no momento 275 alunos regular-mente matriculados em disciplinas que exigem o uso de pran-chetas (com os respectivos bancos), e para este total, apenas 167 pranchetas e 190 bancos em condições de uso.

Este déficit comprometedor é agravado pela situação das salas de aula. Sabe-se que o bom desenvolvimento dos nossos trabalhos depende de uma continuidade que só pode ser obtida, na medida em que se dispõe de salas de aula de projeto e dese-nho em tempo integral e uso exclusivo. Isto porque há neces-sidade de permanente troca de informação, que se realiza através de um contato que propicia a observação e permanente discussão do trabalho e da confecção, exposição e avaliação dos projetos e modelos (maquetes), coisa que só pode ser via-bilizada a partir da garantia de integridade dos desenhos e ma-quetes expostos. Além disto, o material utilizado no trabalho gráfico é muito caro e facilmente danificável, sendo convenien-te a sua permanência no local de uso.

Desta forma, o atelier de desenho (a sala de aula usada para este fim) funcionaria como um verdadeiro laboratório, pois as atividades ali desenvolvidas são de caráter eminentemen-te prático e adaptadas a uma metodologia de trabalho especí-fica, inerente ao ensino mesmo da arquitetura.

Porém estas precariedades materiais não são o único problema com o qual nos defrontamos. Em novembro de 1.979 foi realizado, no Departamento de Arquitetura, um concurso para a admissão de professores colaboradores, visando suprir, em parte, lacunas já existentes, e cada vez maiores no quadro docente. Mediante o concurso foram preenchidas as nova (9) vagas ofertadas; no entanto, no início do ano letivo defronta-mo-nos com a intenção da Reitoria de efetivar a contratação de apenas quatro (4) daqueles nove (9) colaboradores clas-sificados, alegando que o número de quatro (4) colaboradores - existente no ano passado - não poderia ser ampliado. Evi-dentemente, esta oferta fica muito aquém das necessidades do curso, pois no quadro docente regular existem seis (6) profes-sores colocados à disposição da Universidade (desempenhando encargos públicos ou particulares) e, portanto, impossibilita-dos de lecionar. A situação é tanto mais grave quando se sabe que o número destes professores deve crescer no começo do segundo semestre de 1980, visto que já tem programas parale-los de complementação curricular em outras escolas ou no exterior. Deve-se notar, por outro lado, que a metodologia de ensino das disciplinas de projeto (existentes durante todo o curso), com o acompanhamento dos trabalhos de prancheta pelos professores, exige uma disponibilidade mínima de tempo a ser dedicada pelo professor a cada aluno.

Assim, por exemplo, o parâmetro usual da relação núme-ro de alunos para professor seria 10/1, ou no máximo, 15/1 (valores idênticos aos propostos para o ensino de laboratório, e, nos cursos de medicina, para o ensino de clínica médica). Esta relação, no curso de Arquitetura da UFPr., está na ordem de 27/1, o que demonstra que mesmo a contratação daqueles nove (9) colaboradores apenas supriria de maneira muito débil o déficit observado.

**Resultado:** a situação do curso é insustentável e compro-mete inclusive a sua existência.

Com este pano-de-fundo, no dia 12/03, reunidos em As-sembléia Geral, decidimos pela paralização das aulas até que as condições mínimas de funcionamento sejam obtidas.

Exigimos:

— A IMEDIATA CONTRATAÇÃO DOS NOVE (9)

**PROFESSORES COLABORADORES;**

— O SUPRIMENTO DO DÉFICIT EXISTENTE DE PRANCHETAS E BANCOS;

— A EFETIVAÇÃO DO ENSALAMENTO EXCLUSIVO AO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE TRÊS (3) SALAS ADEQUADAS À PRÁTICA DO DESENHO E DA COMPOSIÇÃO ARQUITETÔNICA.

Após 24 horas de paralização nada de concreto obtivemos, além das habituais promessas de resolução dos problemas, nas quais, e com razão, já não podemos confiar.

Concluindo, nesta segunda Assembléia Geral, em resolução absolutamente unânime e representativa, deliberamos pela continuidade do movimento até ser atendido o conjunto das nossas reivindicações; e pelo lançamento desta nota para o esclarecimento da opinião pública.

Nós, estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UFPr, assumindo total responsabilidade pela condução do movimento, reservamo-nos o direito de sermos o seu único e legítimo porta-voz.

Julgando justas nossas exigências, esperamos a breve solução do impasse criado, e pedimos a compreensão e o apoio de todos os colegas estudantes, professores e da comunidade em geral."

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA,  
FOI APROVADA À REQUERIMENTO DO SENHOR  
JOSÉ TAVARES, EM SESSÃO PLENÁRIA DO  
DIA 19 DE MARÇO DE 1.980.**

**"COMEÇOU A GUERRA DOS BICHEIROS**

A suposta instalação de uma segunda banca do jogo em Cascavel ameaça provocar uma "guerra" de bicheiros com resultados ainda imprevisíveis e que, no entender de lideranças políticas, mancharia ainda mais a imagem de Cascavel.

O suposto surgimento da segunda "banca" foi denunciado no começo desta semana pelo Vereador e Presidente da Câmara de Vereadores, Ernani Portes (PDS). Ele disse da tribuna da Casa que "os bicheiros não estão respeitando a mais nada" e se tornam, a cada dia, cada vez mais "ostensivos e atre-

vidos". O edil não esclareceu de onde partem os rumores segundo os quais Cascavel deverá contar com uma segunda banca.

Saindo de seu habitual marasmo já que, nesses dias, só foram apreciados problemas enfocados nos requerimentos - geralmente repetitivos - que solicitam obras que constam dos programas ou inviáveis pelas mais diversas razões, o Legislativo esquentou quando a Vereadora Marlise da Cruz referiu-se a um programa levado ao ar pela Rádio Colméia. A edil garantiu ter ouvido do repórter Lourival Neves (também assessor de Relações Públicas da 15a. SDP) a afirmação segundo a qual "os bicheiros prometem dinheiro ao delegado e não pagam". Ainda na oportunidade, Ernani Portes lamentou que a permanecer este estado de coisas, Cascavel "vai virar numa cidade de bicheiros".

**DESMENTIDOS**

O delegado-chefe da 15a. SDP Nabor Sottomaior, recebeu o HOJE em seu gabinete no final da tarde de ontem, disse que as versões referentes ao caso foram desmentidas. Ele não quis entrar em maiores detalhes, mas as suas declarações levam à dedução que a vereadora teria interpretado mal as palavras do radialista. Quanto às aludidas promessas de dinheiro que teriam sido feitas por banqueiros ao delegado Nabor Sottomaior limitou-se a rir, aconselhando: "Vão falar com o Lourival. Não estou sabendo de nada".

Apesar disso, o delegado de Cascavel é favorável à legalização do jogo-do-bicho: "Acho que ele deveria mesmo sair da clandestinidade. Não é uma contravenção que traz prejuízos a quem joga, dificuldades de ordem financeira. O jogo-do-bicho é mais um problema social do que propriamente policial. Existe um grande número de pessoas que dependem diretamente dele". O delegado concorda que há pessoas (no caso os banqueiros) enriquecendo rapidamente com o jogo e por esta razão acredita que torná-lo legal eliminaria esse problema. Sottomaior ignora qualquer movimentação para abertura de uma segunda banca do bicho, e se justifica: "Não conheço a existência de nem uma, quanto mais de duas". Mas, ao finalizar, Sottomaior admitiu que não vai ser ele quem porá fim a esta contravenção. "Bicheiros existem em todo o Paraná", concluiu."